

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho (extracto) n.º 20039/2009

Por despacho de 21.08.2009 do Exmo. Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foram renovadas as comissões de serviço nos respectivos cargos de chefia aos funcionários abaixo indicados, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16.10, com efeitos a partir de 28.08.2009:

António Paulo Sousa Teixeira, Responsável do PF208 (Marina do Funchal);

António Joaquim Ribeiro Pereira, Chefe da Delegação Regional de Porto Santo;

Maria Fátima Branquinho Coelho Pires, Chefe do Núcleo Regional de Administração da Direcção Regional da Madeira.

26 de Agosto de 2009. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.
202241653

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Declaração de rectificação n.º 2210/2009

Nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Actos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 28 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 29 de Julho de 2008, com as alterações introduzidas pelo despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 1 de Abril de 2009, declara-se sem efeito o despacho n.º 19080/2009, de 27 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 18 de Agosto de 2009, devido a publicação em duplicado do acto.

26 de Agosto de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.
202242699

Declaração de rectificação n.º 2211/2009

Nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Actos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 28 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 29 de Julho de 2008, com as alterações introduzidas pelo despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 1 de Abril de 2009, declara-se sem efeito o despacho n.º 18976/2009, de 27 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 17 de Agosto de 2009, devido a publicação em duplicado do acto.

26 de Agosto de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.
202244131

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso (extracto) n.º 15484/2009

Por despacho de 20/08/2009 da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo Paula Cristina Cunha, em substituição do PCCDRLVT, ao abrigo do Despacho (extracto) n.º 25188/2008 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 196, de 2008/10/09, nos termos do disposto nos n.º 1 do artigo 5.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, é alterada a constituição da Comissão de Acompanhamento de Revisão do Plano Director Municipal de Constância, presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, passando a integrar um representante das seguintes entidades e serviços:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
Câmara Municipal de Constância;
Assembleia Municipal de Constância;

ARH Tejo, Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I. P.;
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
Autoridade Florestal Nacional;
Autoridade Nacional de Protecção Civil;
Direcção-Geral de Energia e Geologia do Ministério da Economia e Inovação;
Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
Direcção Regional de Cultura
Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia e Inovação;
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.;
Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias, I. P. (INIR);
Ministério da Defesa Nacional — Direcção de Infra-estruturas;
Rede Ferroviária Nacional, E. P. E.;
Turismo de Portugal, I. P.;
Câmara Municipal de Abrantes;
Câmara Municipal da Chamusca;
Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha.

O presente revoga o despacho a que se refere o Aviso n.º 18669 /2008 de 18 de Junho, publicado através do no Diário da República n.º 122 2.ª série, de 26 de Junho de 2008.

27 de Agosto de 2009. — A Vice-Presidente, *Paula Cristina Cunha*.
202244286

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PISCAS

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 20040/2009

Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º e do n.º 4 do artigo 118.º, ambos da Lei n.º 12-A/2008 e dos n.ºs 8, 9, e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e aceitando os fundamentos apresentados pelo Júri na acta final que integra o procedimento concursal, homologada por Despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 20 de Agosto de 2009, foi nomeada para o cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, a licenciada Paula Filomena da Glória Silva Figueiredo, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, por Despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 20 de Agosto de 2009.

A nomeada possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

A presente nomeação produz efeitos a 20 de Agosto de 2009. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

27 de Agosto de 2009. — A Directora de Serviços de Administração, *Maria Fernanda da Luz Guia*.

Curriculum vitae

Nome — Paula Filomena da Glória Silva Figueiredo.

- 1 — Habilitações académicas — Licenciada em Direito.
- 2 — Experiência profissional:

Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, em regime de substituição, na Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, desde 11 de Fevereiro de 2009;

Assessora de Orçamento e Conta no Gabinete de Consultadoria Orçamental do Direcção-Geral do Orçamento, em 2008;

Jurista do Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas, onde assumiu as funções de Coordenadora dos Serviços Jurídicos e de Outsourcing, em 2007;

Jurista na Direcção de Recuperação de Créditos da Direcção-Geral do Tesouro, em 2006;

Chefe de Divisão de Organização e Gestão da População Prisional, na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, de 2003 a 2005;

Jurista no Gabinete de Apoio Jurídico da Direcção-Geral do Tesouro, com intervenção, entre outras, nas áreas de recursos humanos e financeiros, de 2000 a 2003;

Técnica Superior na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais;
Inspectora Superior na Inspecção-Geral da Segurança Social.

3 — Formação Profissional Relevante: “Técnicas legislativas”, “Contencioso Administrativo”, “O regime da administração financeira do Estado”, “Técnicas de gestão da qualidade”, “Liderança em acção”, “Contencioso Administrativo — Aspectos práticos”, “POCP — O Plano Oficial de Contabilidade Pública”, “Gestão e Desenvolvimento Organizacional”, “Gestão Orçamental”, “O Código dos Contratos Públicos”, “O Novo Regime da Avaliação do Desempenho”, “O Novo Regime de Vinculação de Carreiras e Remunerações”, “Balanced Scorecard Inicial”.

202241564

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Despacho (extracto) n.º 20041/2009

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicitação do processo de selecção do titular do cargo de Direcção Intermédia de 2.º Grau de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, constante da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, designadamente através da Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar aquele cargo o candidato David Lucas Nunes.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente pela aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que face a tais resultados aquele candidato possui competência técnica e a aptidão necessária para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim, nomeio para o cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, o licenciado em Gestão de Empresas da carreira de Técnica Superior, David Lucas Nunes, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2009).

A presente nomeação produz efeitos a partir de 6 de Julho de 2009. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

28 de Julho de 2009. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: David Lucas Nunes;
Residência: Castelo Branco;
Idade: 40 anos;
Naturalidade: França.

2 — Habilitações académicas

Licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Lusíada;
Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração;
Curso do FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração.

3 — Experiência profissional:

5 de Agosto de 2002 — início de funções na Administração Pública;

1 de Setembro de 2006 — nomeado Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, em regime de substituição, da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior;

2 de Abril de 2007 — nomeado Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, em regime de substituição, da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.

4 — Formação profissional:

Curso de “Criação de Serviços Empresariais na Internet”;
Curso de “Fiscalidade”;
Curso de “Técnicas Avançadas de Escritório Electrónico”;

Curso de “Formação Pedagógica de Formadores”;
Curso de “Plano Oficial de Contabilidade Pública”;
Seminário de “Gestão Documental na Administração Pública”;
Curso de “SIADAP”.

202243962

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Despacho n.º 20042/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o Despacho n.º 19313/2009, de 12 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 21 de Agosto, relativo à declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas necessárias à execução da obra da Concessão Douro Litoral — A32/IC2 — Oliveira de Azeméis/IP 1 (São Lourenço) — Trecho 3 — Louredo/IP 1 (São Lourenço), por a Imprensa Nacional-Casa da Moeda não ter procedido à publicação da totalidade dos mapas de áreas submetidos a publicação, aqui se declara a sua não produção de efeitos.

31 de Agosto de 2009. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

202249284

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Aviso n.º 15485/2009

Nos termos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12 -A/2008 de 27 de Fevereiro, faz -se público que, por deliberação de 16 de Julho de 2009 do Conselho Directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P., no âmbito da competência própria, se encontra aberto o procedimento concursal comum para a contratação de quatro Assistentes Técnicos, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

Este procedimento rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro e Portaria n.º 83 -A/2009 de 22 de Janeiro.

Considerada a dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, até à publicação de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, não foi efectuada a consulta prevista no artigo 4.º da Portaria n.º 83 -A/2009 de 22 de Janeiro,

1 — Identificação do acto — A abertura de Procedimento Concursal Comum para preenchimento de quatro postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico.

2 — Modalidade da Relação Jurídica — Contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

3 — Prazo de validade — O presente procedimento concursal é válido para ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final do presente procedimento (reserva de recrutamento interna).

4 — Local de Trabalho — Direcção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo/Núcleo de Atendimento Público — Rua Domingos Monteiro, n.º 7, 1069-056 Lisboa.

5 — Caracterização do Posto de Trabalho — Exercício de funções com grau de complexidade 2, sendo que as funções a desempenhar incidem sobre tarefas inerentes à actividade de atendimento ao público, nomeadamente:

- a) recepcionar as pretensões no âmbito da área de condutores e profissionais (conferência de documentação e cobrança de taxas);
- b) recepcionar as pretensões no âmbito da área de veículos (conferência da documentação e cobrança de taxas);
- c) recepcionar as pretensões no âmbito da área de licenciamento e autorização de transportes (conferência da documentação e cobrança de taxas);
- d) recepcionar defesas, impugnações e outros documentos relativos aos processos de contra-ordenações;
- e) prestar informações de carácter geral.

6 — Perfil — Capacidade de organização e trabalho orientado para a obtenção de resultados; capacidade de adaptação no trabalho e versatilidade/polivalência nas funções; auto-aprendizagem; comunicação escrita e oral; relacionamento interpessoal e trabalho em equipa.